



Conselho da Justiça Federal

RESOLUÇÃO Nº 471, DE 05 DE OUTUBRO DE 2005

Aprova a Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal - TUMP e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2003160930, em sessão realizada em 26 de setembro de 2005, e

CONSIDERANDO a necessidade de facilitar o entendimento da tramitação processual, em nível nacional, pelos jurisdicionados;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções CJF nºs 317, 328 e 342/2003 e 441, de 09 de junho de 2005;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização de procedimentos processuais na Justiça Federal de 1º e 2º graus para viabilizar a implantação do Sistema Nacional de Estatísticas da Justiça Federal – SINEJUS, aprovado pela Resolução nº 393/2004 e outros projetos institucionais, resolve:

Art. 1º A Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal - TUMP fica aprovada conforme anexo I.

Art. 2º Os lançamentos, em espaço próprio, dos eventos, dos atributos e dos complementos (3º nível) da Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal - TUMP, aprovada por esta Resolução, têm caráter obrigatório.

Art. 3º Novos eventos de movimentação processual serão acrescentadas à Tabela constante do Anexo I, mediante proposta a ser encaminhada ao Comitê Gestor das Tabelas Processuais da Justiça Federal para análise, possível aprovação e ampla divulgação.

Parágrafo único. O Comitê Gestor das Tabelas Processuais da Justiça Federal será integrado pelos Secretários Judiciários dos Tribunais Regionais Federais e outros representantes indicados pelos presidentes dos Tribunais Regionais Federais e contará com o apoio da Secretária de Pesquisa e Informação Jurídicas do Conselho da Justiça Federal.

Art. 4º Os magistrados, diretores de secretarias e de outras unidades judiciárias da Justiça Federal de 1º e 2º graus fiscalizarão com rigor o uso correto dos eventos da Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal - TUMP, aprovados por esta Resolução, para que retratem fielmente os atos processuais efetivamente praticados nos autos.

Art. 5º O prazo final para a implementação da Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal – TUMP será o dia 31 de dezembro de 2005.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*
Presidente



Conselho da Justiça Federal

Publicada no Diário Oficial
Em 06/10/2005 Seção 1 pág. 365

Publicada no Diário da Justiça
Em 07/102005 Seção 1 pág. 718



Conselho da Justiça Federal

17,00	Intimação	17,01	em Secretaria	(Data da Intimação)	
18,00	Citação	18,01	em Secretaria/Comporecimento Espontâneo	(Data da Citação)	
19,00	Remessa para Publicação	19,01	de Sentença		Somentos 1ª Instância
		19,02	de Acórdão		Somentos 2ª Instância
		19,03	de Despacho		
		19,04	de Decisão		
		19,05	de Decisão Terminativa		Somentos 2ª Instância, JEF TR
		19,06	de Admissão de Recurso		Somentos 2ª Instância
		19,07	de Pauta		Somentos 2ª Instância
		19,08	de Edital		
		19,09	de Ata		
		19,10	de Ato Ordinatório		
20,00	Publicação	20,01	de Sentença		Somentos 1ª Instância
		20,02	de Acórdão		Somentos 2ª Instância
		20,03	de Despacho		
		20,04	de Decisão		
		20,05	de Decisão Terminativa	(Data de Publicação)	Somentos 2ª Instância, JEF TR
		20,06	de Admissão de Recurso		Somentos 2ª Instância
		20,07	de Pauta		Somentos 2ª Instância
		20,08	de Edital		
		20,09	de Ata		
		20,10	de Ato Ordinatório		
21,00	Republicação	21,01	de Sentença		Somentos 1ª Instância
		21,02	de Acórdão		Somentos 2ª Instância, JEF TR
		21,03	de Despacho		
		21,04	de Decisão	(Data de Publicação)	2ª Instância, JEF TR
		21,05	de Decisão Terminativa		Somentos 2ª Instância
		21,06	de Admissão de Recurso		Somentos 2ª Instância
		21,07	de Pauta		
		21,08	de Edital		
		21,09	de Ata		
		21,10	de Ato Ordinatório		
22,00	Comunicação Eletrônica	22,01	Expedida / Certificada	(Tipo de comunicação)	
		22,02	Confirmada		
		22,03	Não Efetivada		
23,00	Ato Ordinatório	23,01	Expedido		Registra a produção de Ato de Secretaria que dá impulso ao Processo (art. 162 § 1º do CPC)



Conselho da Justiça Federal

24.33	Converter em Execução de Sentença					
24.34	Conversão em Diligência					
24.35	Declinação e Competência					
24.36	Pedido de Remessa para o Turno Regional	24.36.01	Admitido			
24.37	Pedido de Informação para o Turno Nacional	24.37.01	Admitido			
24.38	Embargos de Execução	24.38.01	Admitido			
24.39	Embargos de Execução	24.39.01	Admitido			
25.00	Audiência					
25.01	Adiada					
25.02	Designada					
		25.02.01	Admonitória			
		25.02.02	Conciliação			
		25.02.03	Conciliação, Instrução e Julgamento			
		25.02.04	Instrução e Julgamento			
		25.02.05	Instrução			
		25.02.06	Interrogatório			
		25.02.07	Julgamento			
		25.02.08	Júri			
		25.02.09	Naturalização			
		25.02.10	Testemunhas de Acusação			
		25.02.11	Testemunhas de Defesa			
		25.02.12	Justificação			
25.03	Redesignada					
25.04	Prorrogada					
25.05	Realizada					
		25.05.01	com conciliação			
		25.05.02	sem conciliação			
		25.05.03	com conciliação parcial			
		25.05.04	sem aplicação			
25.06	Não Realizada/Cancelada					
25.07	Convertida em Diligência					
26.00	Sentença com Exame de Mérito					
						(Declarar o motivo)
26.01	Absolutória					
26.02	Absolutória com Medida de Segurança					
26.03	Conciliação/Transação Homologada					(Nome da Parte Obrigatório)
26.04	Conciliação/Transação Parcial Homologada					(Nome da Parte Obrigatório)
26.05	Condenatória					(Nome da Parte Obrigatório)
26.06	Extinção da Execução Penal: Cumprimento da Pena					com preenchimento do cadastro de condenação por cada parte e especificação completa de pena - Síntese
26.07	Extinção da Execução					
26.08	Pedido Procedente					
26.09	Pedido Improcedente					
26.10	Pedido Procedente em Parte					
26.11	Reconhecimento Prescrição/Decadência					
26.12	Reconhecimento da Procedência do Pedido pelo Réu					
26.13	Renúncia ao Direito em que se Funda a Ação					
26.14	Unificação e Soma de Penas					(art. 794 do CPC)

